

PARECER Nº , DE 2012

Da COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE sobre o Projeto de Lei do Senado nº 731, de 2011, do Senador Rodrigo Rollemberg, que *altera os arts. 18 e 75 da Lei de Crimes Ambientais para elevar os limites das multas penal e administrativa.*

RELATOR: Senador **SÉRGIO SOUZA**

I – RELATÓRIO

Submete-se ao exame da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 731, de 2011, acima epigrafado, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg. A proposição seguirá para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em decisão terminativa, após a análise na CMA.

O art. 1º da proposição altera a redação dos arts. 18 e 75 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais).

A modificação proposta para o art. 18 eleva de três para cinco o multiplicador incidente sobre o valor das multas estabelecidas pelo Código Penal no caso de a sanção por crime ambiental ser considerada ineficaz ao se analisar a vantagem econômica auferida pelo ilícito.

A nova redação do art. 75 da Lei nº 9.605, de 1998, aumenta os limites de valores das multas administrativas: o inferior de R\$ 50 para R\$ 300 e o superior de R\$ 50 milhões para R\$ 200 milhões.

No âmbito da CMA não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

Compete à CMA, nos termos do art. 102-A, II, alínea *a*, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre matérias atinentes à proteção do meio ambiente, conservação da natureza e defesa dos recursos naturais.

Com relação ao mérito, o autor do PLS nº 731, de 2011, argumenta que os limites das multas previstas na Lei de Crimes Ambientais foram estabelecidos há quatorze anos e não são condizentes com a magnitude dos danos causados nem com as vantagens auferidas pelos infratores.

Cabe, aqui, citar declaração do presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis (IBAMA), Sr. Curt Trennepohl, durante audiência pública realizada em 29 de novembro de 2011 pela CMA em conjunto com a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC) para discutir o vazamento de petróleo na plataforma da empresa Chevron, no Rio de Janeiro. Naquela ocasião, o presidente do Ibama declarou que "se considerarmos o valor do investimento e a lucratividade de uma perfuração dessas, a multa é realmente pequena, pois representa um percentual muito pequeno do lucro que a empresa pode auferir".

Desse modo, torna-se realmente necessário que os valores das multas relacionadas às atividades que degradam o meio ambiente devam ser aumentados para garantir a proteção do meio ambiente ecologicamente equilibrado, conforme o estabelecido pelo art. 225 da constituição Federal.

Todavia, no tocante à técnica legislativa, o PLS nº 731, de 2011, necessita de modificações com o objetivo de melhorar a sua redação. Convém dispor as alterações da multa administrativa e da multa penal em artigos diferentes, pois apresentam essência e natureza jurídicas diversas. Dessa maneira, propomos que a alteração do art. 18 da Lei nº 9.605, de 1998, seja feita no art. 1º da proposição, enquanto a alteração do art. 75 da Lei nº 9.605, de 1998, decorra de um art. 2º, renumerando-se o art. 2º original como art. 3º. Além disso, consideramos importante melhor identificar a Lei de Crimes Ambientais na ementa do projeto.

III – VOTO

Diante do exposto, votamos pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 731, de 2011, na forma do seguinte substitutivo:

EMENDA Nº 1 – CMA (SUBSTITUTIVO) **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 731, DE 2011**

Altera os arts. 18 e 75 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais), para elevar os limites das multas penal e administrativa.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 18 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais), passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 18.** A multa será calculada segundo os critérios do Código Penal.

Parágrafo único. Caso se revele ineficaz, ainda que aplicada no valor máximo previsto no Código Penal, a multa poderá ser aumentada até cinco vezes, tendo em vista o valor da vantagem econômica auferida.” NR

Art. 2º O art. 75 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais), passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 75.** O valor da multa de que trata este Capítulo será fixado no regulamento desta Lei e corrigido periodicamente, com base nos índices estabelecidos na legislação pertinente, sendo o mínimo de R\$ 300,00 (trezentos reais) e o máximo de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais).” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala da Comissão, 06 de março de 2012.

Senador RODRIGO ROLLEMBERG, Presidente

Senador SÉRGIO SOUZA, Relator